

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 9.566 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 14.530 mil. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 e seus desdobramentos econômicos e sociais. Apesar do cenário imposto pela pandemia, o JP Morgan manteve suas atividades sem impactos financeiros significativos. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por três membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 23 de março de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Dezembro 2020	Dezembro 2019	Passivo	Nota
Circulante		915.219	2.287.904	Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.518	196.782	Depósitos e demais instrumentos financeiros	
Disponibilidades		18.722	19.282	Depósitos	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez		137.796	177.500	Instrumentos financeiros derivativos	6
Instrumentos financeiros		758.678	2.091.011	Carteira de câmbio	7
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	356.654	-	Obrigações fiscais correntes	9a
Instrumentos financeiros derivativos	6	402.024	108.015	Outros passivos	1.267
Carteira de câmbio	7	-	1.982.996	Não circulante	417.216
Outros ativos	8	23	111	Depósitos e demais instrumentos financeiros	395.254
Não circulante		447.512	518.392	Depósitos	10
Realizável a longo prazo		447.474	518.354	Instrumentos financeiros derivativos	6
Instrumentos financeiros		384.854	455.980	Obrigações fiscais diferidas	9b
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	347.048	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	11
Instrumentos financeiros derivativos	6	384.854	108.932	Patrimônio líquido	12
Ativos fiscais correntes		647	643	Capital social	
Ativos fiscais diferidos	9b	3.640	3.555	Reservas de capital	
Outros ativos	8	58.333	58.176	Reservas de lucros	
Investimentos		38	38	Total do passivo e patrimônio líquido	
Total do ativo		1.362.731	2.806.296		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)					
	Nota	Capital social	Subvenções para investimento	Reservas de lucros	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2018		258.218	18.617	17.410	115.923
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.530
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	12	-	-	727	(727)
Reserva estatutária	12	-	-	13.803	(13.803)
Em 31 de dezembro de 2019		258.218	18.617	18.137	129.726
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.566
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	12	-	-	478	(478)
Reserva estatutária	12	-	-	9.088	(9.088)
Em 31 de dezembro de 2020		258.218	18.617	18.615	138.814
Em 30 de junho de 2020		258.218	18.617	18.473	129.726
Lucro líquido do semestre		-	-	-	2.849
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	12	-	-	142	(142)
Reserva estatutária	12	-	-	9.088	(9.088)
Em 31 de dezembro de 2020		258.218	18.617	18.615	138.814

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 23 de março de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021, sendo aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de apresentar as demonstrações contábeis em bases comparáveis, foram reclassificadas as contas patrimoniais e de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme a seguinte tabela:

Balanco Patrimonial		
Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro-19
Diversos	Outros ativos	58.287
	Ativos fiscais correntes	643
	Ativos fiscais diferidos	3.555
Fiscais e previdenciárias	Obrigações fiscais correntes	7.432
	Obrigações fiscais diferidas	404
	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	20.748
Diversas	Outros passivos	1.273

Demonstração do resultado		
Nomenclatura anterior	Nomenclatura atual	Dezembro-19
Outras despesas operacionais	Despesas com provisões	(616)
Outras receitas operacionais	Outros resultados operacionais	1.556

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jp.org.com.br/pl/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis
(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN.

(i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

(ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para os meses de janeiro e fevereiro de 2020. A partir de março de 2020, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Instrução Normativa nº 1.942. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e de CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2020:

(i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e
(ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre base negativa e ajustes temporários a serem realizados.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	18.722	19.282
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	137.796	177.500
Total	156.518	196.782

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	356.654	347.048
Total	356.654	347.048

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e

de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Dezembro de 2020	Valor nominal Dezembro de 2019
Operações de swap	513.160	513.160	3.618.750	3.000.707
Outros	513.160	513.160	3.618.750	3.000.707
Outros derivativos	273.718	269.787	10.862.377	4.488.012
Moedas	273.718	269.787	10.862.377	4.488.012

	Valor de custo	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de mercado Dezembro de 2020	Valor de mercado Dezembro de 2019
Operações de swap	800.574	(13.696)	786.878	216.947
Operações de swap	519.273	(6.113)	513.160	147.802
Outros derivativos	281.301	(7.583)	273.718	69.145
Passivo	798.662	(15.715)	782.947	214.906
Operações de swap	519.273	(6.113)	513.160	147.802
Outros derivativos	279.389	(9.602)	269.787	67.104

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total Dezembro de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações de swap	-	623.966	799.314	2.195.470	3.618.750	3.000.707
Outros derivativos	3.127.922	7.627.122	107.333	-	10.862.377	4.488.012

	Balção de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações de swap	3.618.750	3.618.750
Outros derivativos	10.862.377	10.862.377

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Total Dezembro de 2020	Total Dezembro de 2019
Operações de swap	1.809.375	1.809.375	3.618.750	3.000.707
Outros derivativos	5.432.171	5.430.206	10.862.377	4.488.012

	Resultado líquido de 2020	Resultado líquido de 2019
Operações de swap	983.145	(984.995)
Outros derivativos	1.168.187	(1.163.647)
Total	1.851	846
Total	1.851	2.482

7. Carteira de câmbio: Em 31 de dezembro de 2020, a Instituição não possuía operações de câmbio em aberto. As operações de câmbio existentes em 31 de dezembro de 2019 estão representadas na tabela abaixo:

	Dezembro de 2019
Câmbio comprado a liquidar	991.405
Direitos sobre vendas de câmbio	991.591
Total	1.982.996

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Passivo	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Câmbio vendido a liquidar	993.356	993.630
Obrigações por compra de câmbio	989.630	989.630
Total	1.982.986	1.983.260

8. Outros ativos: Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 58.333 (dezembro de 2019 – R\$ 58.176).

9. Imposto de renda e contribuição social
a) Obrigações fiscais correntes - Correspondem, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 5.474 (dezembro de 2019 – R\$ 7.383).
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	2.991	2.990
Provisão para honorários advocatícios	632	542
Outras	17	23
Total de créditos tributários – ativo	3.640	3.555
Obrigações fiscais diferidas – passivo	908	404

No ano de 2020, foi constituído crédito tributário de R\$ 200 (dezembro de 2019 – R\$ 336), realizado o montante de R\$ 115 (dezembro de 2019 – R\$ 238) sobre diferenças temporárias e constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 504 (dezembro de 2019 – R\$ 151). A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.640 (dezembro de 2019 – R\$ 3.555) é estimada em 1% no 1º ano, 2% do 2º ao 3º ano, 5% do 4º ao 5º ano, 10% do 6º ao 7º ano, 20% do 8º ao 9º ano e, 25% no 10º ano. Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução nº 2 do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 2.214 (dezembro de 2019 – R\$ 1.163). A Instituição possui créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da ausência de expectativa de realização de tais créditos, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2019 – R\$ 1.419).

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Resultado antes do IRPJ e CSLL	16.994	23.673
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(7.647)	(9.469)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(3)
Efeito CSLL 5%	195	305
Outros	24	24
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	219	326
Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício	(7.428)	(9.143)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)				
	Nota	Julho-Dezembro 2020	Janeiro-Dezembro 2020	Janeiro-Dezembro 2019
Receitas da intermediação financeira		7.581	21.974	27.146
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.955	13.491	23.326
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	3.169	2.690	3.328
Resultado de operações de câmbio		(543)	5.793	492
Despesas da intermediação financeira		(1.129)	(2.457)	(1.736)
Operações de captações no mercado financeiro		(1.129)	(2.457)	(1.736)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.452	19.517	25.410
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.294)	(2.523)	(1.737)
Outras despesas administrativas	14a	(980)	(1.817)	(1.462)
Despesas tributárias		(361)	(917)	(1.215)
Despesas com provisões	14b	(108)	(306)	(616)
Outros resultados operacionais		155	517	1.556
Resultado operacional		5.158	16.994	23.673
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.158	16.994	23.673
Imposto de renda e contribuição social	9	(2.309)	(7.428)	(9.143)
Provisão para imposto de renda		(1.369)	(3.992)	(5.861)
Provisão para contribuição social		(1.104)	(3.017)	(3.531)
Ativo/passivo fiscal diferido		164	(419)	249
Lucro líquido do período		2.849	9.566	14

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior	Decio Ramos Porchat de Assis	Marcelo Silveira Barbosa
Daniel Costa Barreto	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Daniel Darahem de Souza Coelho	Jorge Constantino Bernardes dos Santos	Roberto Jorge Cozzari
Daniel de Moraes e Silva Granja	Luiz Fernando Tanus Gambale	

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADORA

Lucila Parize Moraes Stolf Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6